

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*)

---

GUAZZA (Guido), CASTRONOVO (Valério), ROCHAT (Giorgio), MODONA (Guido Neppi), MICCOLI (Giovanni) e BOBBIO (Norberto). — *Facismo e Società Italiana*. Turim. Einaudi. 1973. 253 pp.

Hoje, um juízo adequado da história do fascismo não é possível sem imergí-la na história da Itália. É o que se propõe nesse volume sob a direção de Guido Quazza, professor de História Contemporânea na Universidade de Turim. Sob o título de *Fascismo e Sociedade Italiana*, foram recolhidas as relações da oitava edição (1972) do Seminário de História Contemporânea que se realiza todo ano por iniciativa do Instituto de História da Universidade de Turim, do Centro de Estudos Piero Gobetti e do Círculo da Resistência.

Guido Quazza: Introdução — *História do fascismo e história da Itália*.

A bibliografia sobre o fascismo é vastíssima. Não obstante, ainda não foi abordado adequadamente o problema das ligações entre a história do fascismo e a história da sociedade italiana. Assim, são salientadas as limitações de interpretações do fascismo que tendem a descrever o processo como se fosse autônomo, e não o produto das forças amadurecidas no curso da história da Itália liberal.

Propondo uma análise dinâmica e não tipológica, Quazza afirma que os “valores das classes médias” assumidos pela política fascista são genéricos e contraditórios. Na passagem da Itália liberal para a Itália fascista, transformam-se os modos de recrutamento de pessoal político e as disposições de governo; mas resta a velha substância autoritária do “sistema”. E a muitos dos velhos dirigentes o fascismo aparece como regime capaz de dar um consenso de massa ao domínio das forças capitalistas, sendo difícil negar o fato que os mecanismos organizadores do fascismo encobrem com os “valores”, relações de poder que permaneceram nas estruturas de fundo precedentes a 1922.

Estes elementos afirmam a perspectiva de *continuidade* e rejeitam a da *ruptura*. Assim, Quazza propõe a abordagem dos *momentos-chave* de *desencontro* e *encontro* das forças. Os mais indicativos para mensurar o porquê de certas vitórias e derrotas parecem ser 1919-25, o momento da aliança da oligarquia liberal com o fascismo; 1935-36, quando se verifica o apogeu do regime; 1942-43 com a ruptura da aliança vintenal e, 1945-46 o quarto momento-chave em que examina a ação da Resistência até a “Reconstrução”. Dois desses momentos (1919-25 e 1945-46), sublinham o encontro e o desencontro nos seus

---

(\*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

nexos internos; os outros dois (1935-36 e 1942-43), nos seus nexos internacionais.

Valerio Castronovo: *O poder econômico e o fascismo*.

Só uma análise de “longo período” permite-nos dar conta dos motivos, da natureza e dos limites da convergência entre oligarquia econômica e fascismo. Assim, Castronovo empreende a análise da crise do bloco de poder giolittiano, das relações entre industriais e nacionalistas; e a partir de 1920, da acentuada e progressiva desconfiança no sistema liberal. Em seguida, as garantias oferecidas pelo fascismo: o saneamento econômico, garantido através de um regime de ordem, com o programa doutrinário dos nacionalistas de disciplina social e rígidos princípios de produtivismo. A análise se estende sobre os progressos e limites da economia durante o regime, enfocando a agricultura e a indústria, detendo-se nos anos 30, para examinar os efeitos da depressão. Dos problemas da organização do trabalho e da guerra, Castronovo encerra o artigo com o divórcio entre o poder econômico e o fascismo à partir de 1942, com uma aproximação dos industriais em direção dos Aliados tentando separar sua sorte do regime fascista.

Giorgio Rochat: *O exército e o fascismo*.

Na Itália do Ressurgimento como na Itália liberal o exército tinha um duplo papel: instrumento defensivo e ofensivo dirigido para o exterior e tutor da manutenção social e política interna. Mesmo com a vitória final da Iª Grande Guerra, e no primeiro após guerra, esse continua a ser o papel do exército, que agora tem uma certa margem de ação política, concedendo seu apoio ao fascismo; e, o único interesse das facções políticas no exército é o apoio dele nas lutas internas e não a suficiência do exército. Em troca do apoio dos militares, o regime fascista renunciou a exercitar um controle político sobre a preparação bélica, deixada aos cuidados das altas hierarquias das forças armadas. Mas a absoluta autonomia das forças armadas teve pesadas repercussões sobre a preparação bélica: cada uma agirá por conta própria, com uma eficiência global extraordinariamente baixa. As forças armadas italianas irão ao encontro da IIª. Guerra Mundial com uma aureola de potência baseada no blefe, capaz de enganar mesmo quem conhecia a realidade. Por outro lado, não se deve diminuir a responsabilidade dos militares no ingresso da guerra e, não se pode explicar toda uma série de derrotas, através da superioridade de forças dos adversários. O movimento de libertação provará que as forças armadas não tentam e não sabem inserir-se no novo processo.

Guido Neppi Modona: *A magistratura e o fascismo*.

Dois são os aspectos fundamentais numa pesquisa sobre a magistratura durante o período fascista. O primeiro tem seu eixo no exame do complexo das normas legislativas emanadas durante o vintênio para regular as relações

entre a magistratura no confronto com os outros poderes do Estado e, a organização interna da ordem judiciária. O segundo diz respeito à adesão dos juízes ao regime fascista.

As várias intervenções do executivo que são examinadas até a ordenação judiciária de 1941, permitem apreciar porque o fascismo esperou dezoito anos antes de fazer emanar uma nova ordenação. Procura-se demonstrar as limitações de espaço que eram deixadas à magistratura para operar através da livre escolha: as decisões não controladas pelo regime eram reduzidas ao mínimo. A natureza das intervenções do governo e as relações entre os dois poderes não sofrem modificações substanciais depois de 1941. A ruptura com a disciplina jurídica e as praxes administrativas e de governo da máquina judiciária, virá com o primeiro período da libertação.

Giovanni Miccoli: *A Igreja e o fascismo*.

Miccoli coloca preliminarmente uma premissa que é uma limitação de campo: falando de Igreja entende a sua realidade jurídico-institucional, por isso hierarquia eclesiástica nas suas inter-relações e emanações. Em seguida, afirma que a avaliação das relações entre a Igreja e o regime fascista deve ter em conta a impostação doutrinal e a direção política assumida pelo papado de Leão XIII.

O encontro da Igreja com o fascismo demonstra como as escolhas políticas e táticas que a Igreja fez nos anos do vintênio fascista situam-se numa linha e numa concessão da vida religiosa e do papel da Igreja na sociedade, que vão bem além do período fascista e dos problemas colocados para a Igreja pelo regime. Uma linha que com os acontecimentos da segunda guerra mundial e o após guerra entrou numa crise profunda: crise que o pontificado de João XXXIII e o concílio esclareceram no momento que a colocaram em discussão.

Norberto Bobbio: *A cultura e o fascismo*.

O artigo é limitado a considerações sobre a cultura acadêmica, que não foi perseguida pelo fascismo. Isso, porque entre a universidade e o regime se estabeleceu um *modus vivendi*: a universidade foi deixada em paz, para que deixasse em paz a política.

A maior empresa cultural de 1929-37, a “Enciclopédia Italiana” não é uma obra fascista. Entre os colaboradores há nada menos que noventa signatários do manifesto antifascista de Croce. Da mesma forma, as revistas universitárias, muitas delas nascidas em época pré-fascista, continuaram imperturbáveis o seu caminho. A razão por que se mantinha uma cultura independente: “era tolerada, porque era ou era considerada inócua”. Muito diverso foi o relacionamento entre a cultura e o fascismo, nos campos que o regime considerava seu domínio reservado: a economia e o direito.

Existiu uma cultura fascista? No duplo sentido, ser feita por fascistas declarados ou ser de conteúdo fascista, nunca existiu realmente. Quanto ao que diz respeito ao conteúdo do que se chamará “doutrina fascista”, o regime não teve um pensamento original.

HAROLDO CAMARGO

\* \* \*

\*

GOLLWITZER (Heinz). — *Geschichte des weltpolitischen Denkens*. Vol. 1: *Vom Zeitalter der Entdeckungen bis zum Beginn des Imperialismus*. Göttingen. Vandenhoeck & Ruprecht. 1972. 535 p.

A “História das idéias da política mundial”, do historiador alemão Heinz Gollwitzer, da Universidade de Münster, prevista para dois volumes, o primeiro abrangendo as épocas desde os grandes descobrimentos até o advento do imperialismo, parte da experiência, hoje generalizada, da “política mundial”, como “ponto pacífico também na consciência pública”. Sem pretender apresentar “nem filosofia da história nem teoria das relações internacionais”, o autor se propõe à grande tarefa de seguir, na sua evolução histórica, a formação das idéias de política mundial e da história da consciência política. Diz o autor, na contra-capa da sua volumosa obra: “Como e desde quando se concretizou, na consciência do homem, a possibilidade e, mais tarde, o próprio fato de uma “política mundial”? Quais foram os pontos de vista que determinaram, no decorrer do século (muito mais: ‘no decorrer dos séculos!’ — J. A.) as concepções e projetos de política mundial? Que diagnoses da política mundial foram lançadas, que programas foram desenvolvidos? Na história da política mundial, porém, as idéias, projetos e programas sempre nasceram em determinadas situações históricas; por isso são incluídos na análise, continuamente, o desenvolvimento da política do poder e as transformações das sociedades”.

A obra de Gollwitzer corresponde a tal programa e propósitos? — e ao próprio título? — O próprio autor afirma que “a política mundial, na sua retrospectiva, é história política mundial, é só uma parte da história universal” (p. 32). Efetivamente, o autor não pretende nenhuma universalidade diante da “extensão quase imensurável do material à disposição, só podendo adotar um sistema seletivo” (p. 5). Escolhe, de cada época em apreço, ao lado de um grande número de autores “secundários”, dois pensadores ou publicistas a serem tratados mais especificamente (Tommaso Campanella, Richard Hakluyt; Leibniz, Vauban; G. Th. Raynal, C.-Fr. Volney; Abbé de Pradt, A. Hill Everett; Richard Cobden, Friedrich List). O capítulo sistemático introdutório propõe, como aliás o livro inteiro, “como objetivo mais urgente, tornar mais plástico e cinzelar melhor o conceito das idéias da política mundial, evidenciando-o como parte da consciência político-histórica moderna, introduzindo-o e